



**Prefeitura de Extrema - MG**  
*Inspetor de Alunos*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos .....	1
Características de textos descritivos, narrativos e dissertativos .....	3
Discursos direto e indireto .....	4
Elementos de coesão e coerência. ....	8
Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos .....	10
tempos, modos e aspectos do verbo. mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos.....	11
Metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia. ....	22
Uso dos pronomes; Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos.....	27
Processos de formação de palavras .....	39
Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; colocação e ordem de palavras na frase.....	41
Concordância verbal e nominal .....	46
Regência verbal e nominal.....	48
Sistema gráfico: ortografia.....	51
Regras de acentuação .....	52
Uso dos sinais de pontuação; aspas e outros recursos. ....	54
Funções da linguagem .....	59
Elementos da comunicação. ....	61
Exercícios .....	62
Gabarito.....	78

## MATEMÁTICA

Números e Operações: Sistema de numeração decimal.....	1
Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, com números inteiros, fracionários e decimais .....	2
Múltiplos e divisores de um número natural. Regras de divisibilidade.....	12
Razão e proporção. Regra de três simples .....	14
Média aritmética.....	18
Porcentagem. Acréscimos e descontos.....	23

# SUMÁRIO



Fatoração e Produtos Notáveis .....	25
Equações e sistemas do 1º. Resolução de problemas.....	30
Grandezas e Medidas: Sistema de medidas de comprimento, área, volume, tempo e massa .....	32
Sistema monetário Brasileiro .....	38
Espaço e Forma: Relações métricas no triângulo retângulo. Cálculo de áreas e perímetros das principais figuras planas .....	41
Tratamento da Informação: Interpretação de tabelas. Gráficos de barras, linhas e setores. Análise e interpretação básica .....	51
Exercícios .....	56
Gabarito .....	64

## LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90. ....	1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96. ....	74
Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15 .....	103
Exercícios.....	135
Gabarito .....	140

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ECA .....	1
LDB.....	1
Atribuição do Inspetor de Alunos.....	1
Estrutura Funcional da Escola.....	5
A escola e a Comunidade.....	6
Violência .....	25
Ética.....	28
Disciplina. ....	37
Consciência e liberdade. ....	45
Senso comum e bom senso. ....	46
Responsabilidade. Dever e liberdade.....	47
LBI. ....	47
Convivência Escolar.....	48
Relacionamento com pais e Professores. ....	51
Rotina escolar.....	58
O Inspetor de Alunos e a escola.....	69
Exercícios.....	71
Gabarito.....	75

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



## Matemática

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	≡	𑆑	𑆒	𑆓	𑆔	𑆕	𑆖	𑆗
HINDU 500 d.C	𑆑	𑆒	𑆓	𑆔	𑆕	𑆖	𑆗	𑆘	𑆙	𑆚
ÁRABE 900 d.C	1	𐌹	𐌺	𐌻	𐌼	7	𐌽	8	9	0
ÁRABE (ESPAÑHA) 1000 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Evolução do sistema de numeração decimal

### Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).

- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.

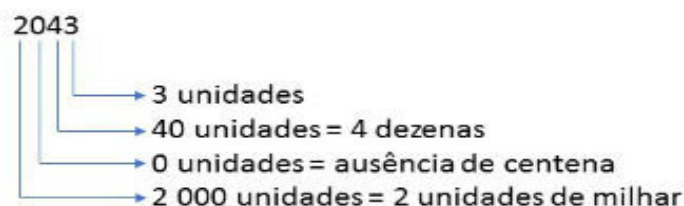
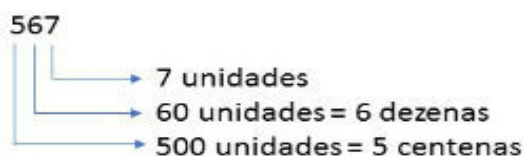
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:

10 unidades = 1 dezena

10 dezenas = 1 centena

10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos



Ordens e Classes



### **Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações que serão aqui demonstradas.

Dispõe, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ainda, no seu artigo 7º, disciplina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

As medidas protetivas adotadas pelo ECA são para salvaguardar a família natural ou a família substituta, sendo esta última pela guarda, tutela ou adoção. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, a tutela pressupõe todos os deveres da guarda e pode ser conferida a pessoa de até 21 anos incompletos, já a adoção atribui condição de filho, com mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.

A instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social, conforme preceitua o art. 226 da CR/88. Não sendo regra, mas os adolescentes correm maior risco quando fazem parte de famílias desestruturadas ou violentas.

Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, não constituindo motivo de escusa a falta ou a carência de recursos materiais, sob pena da perda ou a suspensão do pátrio poder.

Caso a família natural, comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, descumpra qualquer de suas obrigações, a criança ou adolescente serão colocados em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Por tal razão que a responsabilidade dos pais é enorme no desenvolvimento familiar e dos filhos, cujo objetivo é manter ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social.



## Conhecimentos Específicos

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Educacional



## LDB

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Educacional



## Atribuição do Inspetor de Alunos

### **[1Atribuições do Inspetor Escolar, Cuidador, Monitor, Porteiro Escolar, Tutor, Assistente, Auxiliar ou Agente Escolar](#)**

O trabalho do inspetor escolar é ser o elo entre as esferas maiores da administração educacional Finoto<sup>2</sup> ressalta que o inspetor escolar é o “legítimo representante da administração central e regional do sistema” conceituando ainda que “a inspeção escolar é correção, auditoria, orientação e assistência técnica. Esses profissionais são os olhos e os ouvidos do Poder Público na escola. ”

Parafraseando a autora, percebe-se uma imagem burocrática da função envolto em relatórios, procedimentos, rotinas de escrita, arquivamento, etc., No entanto, a pesquisa revela que o trabalho de inspeção escolar se sucede repercussão e responsabilidades maiores. Finoto<sup>3</sup> orienta sobre as “funções” do inspetor escolar:

Função Verificadora: deve possuir domínio da legislação, ser pesquisador e observador;

Função Avaliadora: Educador;

Função Orientadora: ter boa comunicação oral e escrita, ser conciliador;

Função Corretiva: segurança e postura pedagógica;

Função Realimentadora: criatividade.

Portanto a descrição acima revela maior abrangência no trabalho do inspetor escolar constatando necessário o conhecimento da legislação pertinente à educação.

Todavia, é percebido que o trabalho do inspetor escolar se denota de atribuições que deverão ser extremamente empenhadas, visto que a responsabilidade e o compromisso são palavras de ordem / prática nesse contexto.

### **Atribuições do Cargo com Base no Quadro de um Concurso:**

- Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola;
- Inspeccionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar.
- Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos.

1 Texto adaptado de AZEVEDO, G. C. Inspeção Escolar Motivacional e sua Relevância no Processo Educacional. [http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo\\_5423463d92055.pdf](http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo_5423463d92055.pdf)

2 FINOTO, Denise. O trabalho do Inspetor Escolar em Minas Gerais. 2010.

3 Idem.